Índice de Performance Socioeconômica (Ipese)

Apresentação

No Brasil, o desenvolvimento de indicadores socioeconômicos disseminou-se a partir da segunda metade da década de 1960 para atender ao planejamento das políticas públicas durante os governos militares. A estratégia era produzir informações para acompanhar o desempenho dos programas do Governo Federal e, também, seus desdobramentos para estados e municípios. Informações municipais só eram produzidas por meio do censo demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com periodicidade decenal.

Neste âmbito, os primeiros esforços para a criação de indicadores municipais na Bahia surgiram em meados da década de 1990, a partir de iniciativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em parceria com a unidade local do IBGE. Decorre desse período, a criação do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE).

Em 2011, as metodologias de cálculo do IDE e IDS passaram por uma revisão conceitual e sistemática, o que resultou na alteração da nomenclatura para Índice de Performance Econômica (IPE) e Índice de Performance Social (IPS), respectivamente. A opção de mudança da terminologia ‘desenvolvimento’ por ‘performance’ está relacionada a questões conceituais, pois se entende que o termo desenvolvimento é mais abrangente do que estes indicadores poderiam mensurar em termos de análises e resultados. O IPE e o IPS permitiam classificar os municípios de acordo com o nível de cobertura dos serviços básicos oferecidos à população em um dado ano de referência. Uma das limitações dos indicadores é que refletiam apenas o nível de oferta de serviços públicos, concentrando-se em uma análise quantitativa.

Entretanto, em 2014, a SEI julgou apropriado realizar uma nova revisão metodológica, unificando o IPE e IPS, que deu origem a um novo indicador para os

municípios baianos: o Índice de Performance Socioeconômica (Ipese). Trata-se de um indicador sintético composto por três dimensões: duas sociais – Educação e Saúde; e uma de natureza econômica – Economia e Finanças. O índice foi elaborado com a finalidade de ser um instrumento de monitoramento e avaliação de políticas públicas dos municípios baianos, medindo a capacidade e a qualidade com que um município oferta certos serviços básicos para a sua população. O indicador tem como objetivo nortear o bom emprego de recursos públicos, atentando para as prioridades a serem atendidas no recorrente comprometimento de mitigar as disparidades econômicas e sociais no estado da Bahia.